IMPULSOPOSITIVO

IPNEWS

Número 3
Junho de 2010

www.impulsopositivo.com

NOTÍCIAS ON-LINE
Informação para maior impacto social

"Estas organizações têm que ser geridas com o coração, mas não só"

O dia-a-dia dedicado ao Banco Alimentar levou Isabel Jonet, presidente, a constatar que tinha que fazer mais pelas instituições do terceiro sector. Em entrevista à Vida Económica - Impulso Positivo explicou a história da Entrajuda e o que hoje esta instituição faz por estas organizações.

Vida Económica - Impulso Positivo: Porque é que a Entrajuda nasceu?

Isabel Jonet: A Entrajuda nasceu do evoluir lógico do trabalho que tem vindo a ser feito no Banco Alimentar Contra a Fome desde 1991. O Banco Alimentar foi fundado com uma lógica assistencialista, de ir buscar desperdícios de alimentos ou excedentes de produção para os levar a quem tem fome através de instituições de solidariedade social. Ao longo destes anos fomos estruturando uma rede de bancos alimentares que cobre todo o território nacional. São 17, actualmente, que apoiam, no seu conjunto, mais de 1800 instituições, que por sua vez chegam a 275.000 pessoas com carências alimentares comprovadas. Do meu dia-a-dia aqui, eu fui constatando que seria possível fazer algo mais pelas instituições.

Dra. Isabel Jonet, presidente da EntrAjuda e do Banco Alimentar

VE-IP: Foi nessa altura que nasceu a Entrajuda?

IJ: Fundei a Entrajuda em 2004, e esta tem a lógica de apoiar a estruturação das organizações. Muitas destas organizações são geridas com o coração e têm que ser geridas com o coração, mas sem terem as necessárias ferramentas de organização e gestão, que são imprescindíveis. Durante muitos anos o terceiro sector foi, e ainda é, quase só composto por instituições ligadas à Igreja Católica. E as instituições tinham à sua frente freiras, padres, irmãs consagradas, voluntários que dedicavam a sua vida, como uma missão de serviço, aos pobres. Felizmente que essas pessoas assim o fizeram, mas elas não têm necessariamente que ter competências de gestão. Quando foi necessário transformar muitas destas organizações em instituições particulares de solidariedade social, para poderem beneficiar dos acordos com a Segurança Social, quem estava à frente destas instituições ficou sobrecarregada com aspectos de gestão, burocrático-administrativos, para os quais não tinham competências, e descurando o que é a sua vocação, que é tratar dos pobres. Por outro lado, todos os dias nós tínhamos aqui propostas de pessoas que queriam ser voluntárias, com qualificações, e propostas de empresas que queriam libertar algum tempo dos seus colaboradores para o terceiro sector. Isto fez com que eu, num determinado momento, decidisse fundar a Entrajuda, por um lado para levar ajuda às instituições, por outro para mobilizar pessoas empenhadas no bem comum.

(continua na página seguinte)

Conheça a nova livraria online da Vida Económica.

http://livraria.vidaeconomica.pt/

ÍNDICE

Notícias ..... pág. 2 e 3
Capacitação, Qualidade e Certificação no 3º sector .. pág. 4
Programas, Prémios e Incentivos ..... pág. 5
Voluntariado ..... pág. 6
Opinião e Agenda ..... pág. 7

ENTREVISTA

Dra. Isabel Borgas, Directora de Comunicação Institucional da Sonaecom

"Pretendemos que o Smile seja um instrumento efectivo de apoio ao desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos"

Com mais de 2300 horas de voluntariado já realizadas, o programa Smile proporciona aos colaboradores da Soanecom a possibilidade de apoiarem instituições de solidariedade social no desenvolvimento de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação.

Entrevista ⇨

OPINIÃO

Pe. Lino Maia, Presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade

"...o encontro com as organizações da Pastoral Social, para ser bem sucedido, deve ser bem escutado e bem continuado o discurso de Bento XVI."

Coluna de opinião ⇨

Notícias on-line

"Estas organizações têm que ser geridas com o coração, mas não só" (cont.)

VE-IP: A Entrajuda continua a fazer o que fazia quando foi fundada?

IJ: Faz muito mais coisas. Quando eu abri a Entrajuda, achei que ia ser uma espécie de consultor solidário. Mas depois percebi que havia todo um conjunto de áreas que faziam sentido em termos estratégicos – eram áreas complementares que vinham potenciar o trabalho da EntrAjuda. A primeira coisa que eu fiz foi procurar voluntários. Sem massa humana não poderia haver este projecto. Lançou-se a Bolsa de Voluntariado com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, que foi um parceiro inestimável desde a primeira hora. A Bolsa de Voluntariado é uma plataforma on-line – foi a primeira que houve em Portugal, onde as pessoas se oferecem de acordo com as suas competências, e sobretudo de acordo com as suas vontades. As pessoas inscrevem-se na sua área de "talento", aquilo que as pessoas querem pôr a render, e também em função da área de residência. Simultaneamente, há a possibilidade de as instituições irem buscar os voluntários de que necessitam para a sua actividade.

VE-IP: A Entrajuda também dá formação?

IJ: Pois, a seguir lançámos a formação, uma área que tem sido fundamental na Entrajuda. Se não ensinarmos as instituições a mudarem, elas nunca vão fazer de outra maneira. São acções de formação curtas, dadas por voluntários especialistas que se inscrevem na bolsa. Esta área tem desempenhado um papel maravilhoso, que é o de tirar o medo na mudança: as instituições percebem que vão continuar a fazer o que faziam antes, mas melhor.

VE-IP: O que se seguiu?

IJ: Bom, já tínhamos as pessoas, já tínhamos as instituições com necessidades, já tínhamos a hipótese de formação. Então agora podíamos levar-lhes bens não alimentares, equipamentos e mobiliário, que aumentavam a sua performance. Se uma instituição tiver computadores, impressoras e mobiliário, pode funcionar melhor. Tínhamos diariamente ofertas de empresas que tinham excedentes de produção e que queriam dar ao Banco Alimentar. Como os Bancos Alimentares estão impedidos de receber não alimentos, abrimos o Banco de Bens Doados em 2006. Simultaneamente, abrimos o Banco de Equipamentos, porque há uma legislação própria dos resíduos eléctricos e electrónicos – e nós queríamos ser, como somos, um Centro de Recepção de Resíduos Eléctricos e Electrónicos. Inscrevemo-nos também numa comunidade – a Microsoft Authorized Refurbisher – somos a única entidade em Portugal que faz parte dela, e temos a possibilidade de autorizar licenças em todos os computadores que fornecemos às instituições, mediante o pagamento simbólico de 5 dólares. Porque as instituições podem ser pobres e não ter recursos, mas escusam de ser piratas.

VE-IP: A Entrajuda é tudo isto?

IJ: Sim, mas mais. Ainda lançámos uma outra área – a da saúde solidária. Começou pequenina e agora evoluiu. O abandono escolar em Portugal antes do 9º ano é de 40%. A taxa de incidência é ainda muito maior nos miúdos pobres, porque eles não têm o incentivo em casa para não abandonarem. Se estes miúdos abandonarem a escola ficam sem qualificações, e ainda por cima têm os dentes podres. Assim não vão arranjar emprego. Então decidimos mobilizar dentistas voluntários, através da Bolsa de Voluntariado, e higienistas voluntários, para irem às instituições de solidariedade social ensinarem as crianças a lavar os dentes, incutir hábitos precoces de higiene oral. Simultaneamente, quisemos mobilizar dentistas para acolherem no seu consultório durante o período mínimo de 4 anos o mesmo miúdo, como se fosse um cliente, só que não paga. Fizemos uma parceria com o Mundo a Sorrir. Este programa chama-se "Dr. Risadas". ●

INOV-Social. Alargamento das entidades e jovens beneficiários

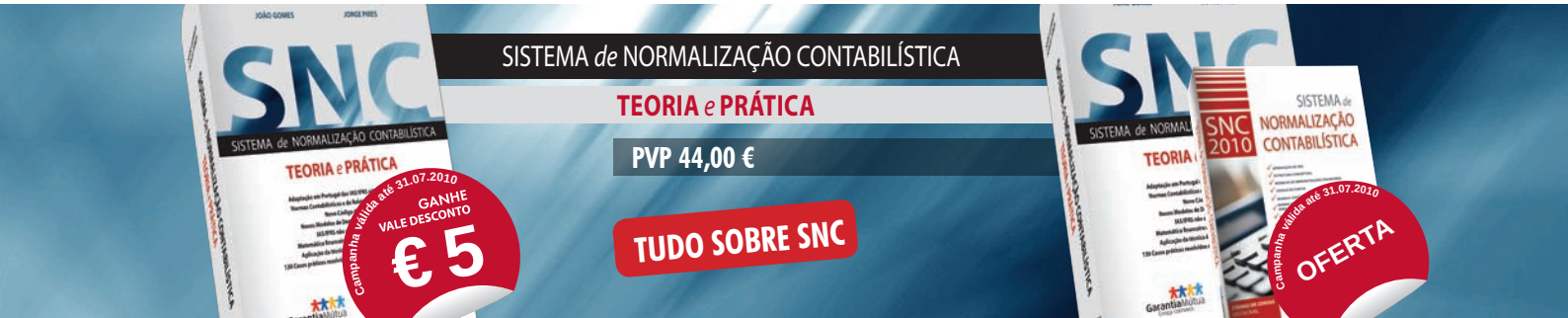
O Governo procedeu ao reforço das entidades beneficiárias da medida INOV-Social, passando a aplicar-se às instituições que promovam a mediação sócio-cultural e a inclusão e combatam a pobreza e a exclusão social.

Nos termos das alterações ao Regulamento da medida INOV-Social, são entidades beneficiárias, para além das inicialmente previstas: as cooperativas em geral, as escolas públicas e privadas, os centros de formação profissional, com excepção daqueles que correspondam a centros de formação de gestão directa ou participada do Instituto do Emprego e Formação Profissional, as organizações não governamentais e as empresas cuja actividade se integre nas áreas da mediação sócio-cultural, da promoção da inclusão e do combate à pobreza e à exclusão social.

Por seu lado, foram alargadas as áreas de qualificação superior dos jovens destinatários, bem como o número máximo de estagiários a seleccionar anualmente, que passa de 1000 para 1500.

Assim, para além da posse de diploma do ensino superior nas áreas de economia, gestão, direito, ciências sociais e engenharia, estão agora previstos os cursos de serviço social, educação e trabalho social, línguas, ciências da comunicação, antropologia, psicologia, educação e ensino (1º ciclo) ou saúde.

As alterações ao referido Regulamento entram em vigor no dia 26 de Maio e aplicam-se apenas às candidaturas apresentadas a partir desta data. ●



Notícias on-line

Banco Alimentar consegue aumento na recolha de alimentos

Na última campanha do Banco Alimentar, no fim-de-semana de 29 e 30 de Maio, recolheram-se 2006 toneladas de géneros alimentícios, o que significou um aumento de 3,9% relativamente ao ano passado. A campanha realizou-se em mais de 1400 superfícies comerciais das zonas de Abrantes, Algarve, Aveiro, Braga, Coimbra, Cova da Beira, Évora e Beja, Leiria-Fátima, Lisboa, Oeste, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, S. Miguel, Viana do Castelo e Viseu. Esta operação assentou no contributo de 28 mil voluntários, que disponibilizaram algum do seu tempo durante o fim-de-semana para participar na campanha de recolha. Tarefas como a recolha nos estabelecimentos comerciais, o

transporte, pesagem e separação dos produtos foram integralmente asseguradas por voluntários. Os géneros alimentares recolhidos estão já a ser distribuídos e chegarão a mais de 1700 Instituições de Solidariedade Social que os entregam a cerca de 275 mil pessoas com carências alimentares comprovadas, sob a forma de cabazes ou de refeições confeccionadas. A recolha de alimentos prolongou-se ainda até 6 de Junho com a venda de cupões-vale de produtos seleccionados (azeite, óleo, leite, salsichas, atum e esparguete) vendidos em todas as lojas das cadeias Pingo Doce/Feira Nova, Dia/Minipreço, El Corte Inglês, Jumbo/Pão de Açúcar, Lidl, Modelo/Continente. ●

BCSD e o Grupo de Trabalho do sector das TIC lançam Manual de Boas Práticas

No passado dia 17 de Maio, o Grupo de Trabalho do sector das TIC do BCSD Portugal lançou o Manual de Boas Práticas intitulado "Sustentabilidade nas Tecnologias de Informação e Comunicação". O lançamento foi realizado em parceria com a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), e ocorreu durante a Sessão SMART Portugal 2020 na Fundação Portuguesa das Comunicações, no âmbito das comemorações do Dia Mundial das Telecomunicações e Sociedade de Informação.

O objectivo deste Grupo de Trabalho era a identificação das questões essenciais associadas à resposta do sector das TIC aos desafios do desenvolvimento sustentável e à criação de compromissos por parte da gestão de topo das empresas membro do BCSD Portugal. O conteúdo do Manual de Boas Práticas assenta nos contributos para a sustentabilidade dos CTT, da Ericsson, da Microsoft, da Portugal Telecom, da Refer Telecom, da Sonaecom e da Vodafone Portugal, através da apresentação de casos de estudo que exemplificam as soluções encontradas e implementadas. ●

Ver mais

Novo prazo para submissão de informação sobre actividade social da empresa – 30.6.2010

De acordo com informação do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, foi novamente prorrogado, agora para **30 de Junho**, o prazo para entrega exclusivamente via Internet, do **relatório anual** referente à informação sobre a **actividade social da empresa**.

Ver mais

Diagnóstico de Boas Práticas de Responsabilidade Social nas Organizações Sem Fins Lucrativos

Dra. Helena Gonçalves, Docente da Universidade Católica – Porto

Apesar de polémico, o conceito de Responsabilidade Social das Empresas visa essencialmente integrar, equilibradamente, preocupações económicas, ambientais e sociais, na estratégia, políticas e práticas das empresas, sendo entendido como um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável (DS). No entanto, o contributo para o DS pode e deve ser dado, também, quer pelo Estado quer pelas Organizações Sem Fins Lucrativas (OSFL). Assim, estas organizações podem e devem ter, tal como as empresas, aquelas preocupações, apesar de desempenharem um papel muito diferente na sociedade, adoptando, com as devidas adaptações, instrumentos de gestão empresarial. As IPSS, por exemplo, apesar de terem um cariz eminentemente social, podem certamente melhorar as práticas ambientais e/ou promoverem activamente o autofinanciamento e/ou melhorarem substancialmente as relações laborais. Tal com nas empresas, que têm muitas Boas Práticas, há muito tempo, também as OSFL poderão começar a assumi-las estrategicamente, para não se ficarem por actuações pontuais e sem grande impacto. Depois da sensibilização e reconhecimento do tema, e antes de escolherem os instrumentos mais adequados à sua realidade concreta, a elaboração de um diagnóstico de Boas práticas de Responsabilidade Social é certamente o 2º e decisivo passo para elaborar um projecto de responsabilidade social coerente com a sua missão, quer nas empresas, quer nas OSFL, quer, obviamente, no Estado. A elaboração de um diagnóstico permitirá, estruturadamente, para além de reconhecer as BP já existentes, identificar muitas outras que possam vir a ser implementadas, sem quaisquer custos acrescidos. A utilização do "Guia prático para a Responsabilidade Social das Empresas – primeiros passos", da GRACE (publicado em 2004, será actualizado em breve), será certamente um dos muitos documentos de livre acesso, de enorme utilidade. ●

Ver mais

"As instituições de solidariedade têm que investir na certificação"

O movimento de qualificação chegou às instituições do terceiro sector. Em entrevista à Vida Económica – Impulso Positivo, Mário Dias, presidente da APPACDM de Gaia, instituição certificada pela ISO9001 e agraciada pelo feito com um reconhecimento oficial pelo Instituto de Segurança Social, defendeu a certificação como um caminho inevitável para qualquer organização.

Vida Económica – Impulso Positivo: Quando é que a APPACDM de Gaia obteve a certificação pela ISO 9001?

Mário Dias: Obtivemos a certificação em 2008 após um trabalho intenso de 2 anos e meio. Sempre fui a favor de que uma instituição, uma empresa e o próprio Estado devem ser certificados. Em 2005 tivemos que decidir se faríamos uma certificação apenas para umas áreas ou para toda a organização. Sempre fui defensor desta última opção.

Dr. Mário Dias, presidente da APPACDM de Gaia

VE-IP: O facto de ser economista e trabalhar com empresas influenciou a sua decisão?

MD: Claro que há uma influência profissional na decisão de nos certificarmos, porque eu sou auditor e entendo que o processo até chegar à certificação implica melhorias em todos os sectores. Desde logo melhorias evidentes ao nível dos recursos humanos. Primeiro apostámos na qualificação da Directora Geral, depois foi necessário envolver toda a equipa, um passo difícil porque estamos a falar de pessoas com formações muito diferenciadas. Em seguida foi necessário preparar um Manual de Procedimentos, o que envolveu definição de funções, atribuição de responsabilidades, e isto é bastante complicado. À medida que se vai evoluindo na análise dos diversos documentos e dos diversos serviços, começa a haver um sorriso do tipo "afinal estão a olhar para o que eu costumo fazer". Esta análise de tarefas que não podem ser repetidas, este diálogo de "o meu documento é melhor que o teu" obriga à existência de alguém que ajude a optar. Por isso, foi fundamental dar formação aos primeiros a entrar no processo.

VE-IP: Os primeiros tempos foram difíceis?

MD: Há sempre alguma resistência. Ouvem-se comentários do tipo "para que é que isto serve?", "temos mais trabalho e não ganhamos mais nada por isso", "afinal isto está a criar conflitos". É um período importante porque revela o que está bem e o que está mal, mas há que evitar os conflitos humanos porque as relações humanas, internas à organização e externas, com os nossos clientes, as famílias dos nossos jovens, são essenciais. Quem faz gestão de IPSS, e aposta num processo de certificação deve ter consciência de que é um processo longo. E deve aprender a "tirar fotografias": se a fotografia dos 12 meses é diferente, para melhor, da dos 6 primeiros meses, e por aí fora, nas sucessivas etapas que se definam no plano estratégico, estamos bem. ●

Opinião - Entre o coração e a razão: os desafios do sector social solidário

Dr. Carlos Azevedo, Coordenador Geral da União Distrital das IPSS-Porto

As organizações do sector social solidário nasceram da sociedade civil e têm sido, ao logo dos anos, capazes de encontrar soluções para os problemas sociais. No final do século passado, e numa altura em que a mulher integrava o mercado de trabalho, foram capazes de estruturar uma resposta capaz de garantir a conciliação da vida profissional e familiar: o jardim-de-infância. Esta ideia respeitou as características que hoje definem qualquer projecto de inovação social: eficácia, eficiência, sustentabilidade e replicabilidade.

Tendo como pano de fundo a actual crise económica, novas e mais prementes necessidades sociais surgirão decorrentes de falhas de mercado. Este fenómeno exigirá uma maior intervenção destas organizações com mais flexibilidade e rigor na resposta aos fenómenos emergentes. Estes desafios terão de ser assumidos com qualidade, perseverança e sustentabilidade.

Ganhar o desafio da qualificação fará com que as organizações passem a ser capazes de: (1) renunciar à rigidez organizacional, ainda que implique hipotecar o crescimento, sob pena de se perder a capacidade de promover a mudança social; (2) ganhar novas competências, adoptar e adaptar instrumentos e ferramentas da gestão moderna, fazendo com que o controlo deixe de ser a única função de gestão utilizada; (3) resolver o problema de agência e adoptar um novo sistema de contratualização entre a gestão operacional e a gestão estratégica assente no valor fundamental da confiança; (4) Construir e consolidar uma marca solidária que autonomize este sector e, simultaneamente, permita o aproveitamento de capital desperdiçado; (5) adoptar um novo processo de decisão que permita destrinçar e hierarquizar entre problemas urgentes, importantes, de certeza, de incerteza, de ambiguidade e de crise, assim como encontrar processos de decisão adequados para cada um deles. ●

NEWSLETTERS TEMÁTICAS
SUBSCRIÇÃO GRATUITA

CONHEÇA AINDA OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO MAIS ALARGADA DO GRUPO VIDA ECONÓMICA.

Aceda ao site www.vidaeconomica.pt,
e entre em Subscrever Newsletter

Notícias on-line

Lançados Apoios para Projectos com Reconhecimento Provere

No âmbito do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), o Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) lançou dois concursos para apoiar e promover consórcios locais ou regionais que contribuam para o aumento da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial. A dotação orçamental destes projectos é de 25,5 milhões de Euros. De acordo com o regulamento, 20 milhões de euros do orçamento total destinam-se ao aviso que disponibiliza financiamento para projectos-âncora, que contribuam para a realização das oito Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) enquadradas no ON.2: "Douro Região Vinhateira", "Inovarural", "Minho-IN", "Paisagens Milenares no Douro Verde", "Rota do Românico do Vale do Sousa", "Terra Fria Transmontana", "Aquanatur - Complexo Termal do Alto Tâmega" e "Montemuro, Arada e Gralheira". Para estas duas últimas EEC, o ON.2 disponibiliza, num outro concurso, 5,5 milhões de euros para iniciativas que complementem a acção central dos projectos-âncora. Com estes apoios, cujos concursos decorrem **até 16 de Julho**, o ON.2 tem como meta dotar a Região do Norte de uma maior capacidade de reduzir as desvantagens competitivas existentes nos territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial. No grupo das potenciais entidades beneficiárias incluem-se pessoas colectivas sem fins lucrativos de direito privado. ●

Ver convites públicos e

Municípios e microcrédito social no centro de nova fase do Finicia

Os municípios e as comunidades intermunicipais passarão a ser interlocutores centrais no desenvolvimento da estratégia de fomento ao empreendedorismo do Finicia, programa de financiamento do arranque de novas empresas do IAPMEI.

O empreendedorismo de base local permitirá «criar redes locais que possam elaborar mapas de oportunidade de negócio, capacitação e assistência técnica para execução dos planos de negócio, apoio na procura de financiamento e acompanhamento durante os primeiros anos», afirma, em entrevista à «Vida Económica», Rita Seabra, gestora do programa Finicia.
Os «problemas de financiamento» verificados são contrariados, na região Norte, pela «aposta» feita pela CCDRN. Desta forma, está já no terreno, até 21 de Julho, o projecto para a capacitação institucional (com financiamento até 80% através do PO regional), sendo que a verba total a aplicar no projecto «dependerá da vontade dos parceiros e do financiamento necessário».
Uma ambição de Rita Seabra é colocar no terreno um vasto programa de financiamento «para públicos mais desfavorecidos, pois a primeira fase foi pensada para públicos qualificados».
Desta forma, o IAPMEI tem vindo a trabalhar, juntamente com o Ministério do Trabalho e Segurança Social, no fomento do microcrédito social. «Daí termos decidido criar um fundo de capital de risco para esta área», estando em curso acções de «angariação activa de parceiros». Um destes é a Cruz Vermelha Portuguesa, que «tem uma acção forte na área social e do empreendedorismo social», reconhece Rita Seabra.
A mesma explicou que «estes fundos são tipicamente constituídos por donativos de médias e grandes empresas, que apostam na área da responsabilidade social». Pretende-se assim contrariar a segmentação excessiva de públicos-alvo, desfazendo a «guetização» de soluções de financiamento junto dos públicos mais desfavorecidos. ●

Ver artigo completo

APOIOS

Prémio Nuno Viegas de Nascimento – Fundação Bissaya Barreto

Na sua edição de 2010, a área escolhida pelo Júri do Prémio Nuno Viegas Nascimento é a **Área Social**, sob o tema **"A Inovação na Promoção Social"**, visando premiar a obra de uma pessoa ou instituição que demonstre, pelo impacto da sua acção e conhecimento, ter promovido e cultivado os valores que constituem a matriz da missão da Fundação Bissaya Barreto: a criatividade, a inovação, o trabalho, o desenvolvimento humano, o amor às crianças, às famílias, aos idosos e/ou aos desprotegidos. O prémio tem o valor pecuniário de **50.000 €** e a data limite de recepção das propostas é o dia **30 de Junho de 2010** (17 horas).

mais info e

Programa Turismo Solidário 2010

Despacho n.º 7429/2010, de 28 de Abril (DR n.º 82, II Série, págs. 22325 a 22326) – Aprova o Programa Turismo Solidário 2010, a realizar pela Fundação INATEL.

Ver

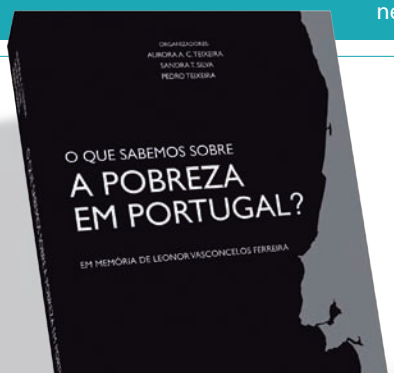
Subsídios - Direcção Geral da Saúde, Participação da Sociedade Civil

Encontra-se aberto, até ao dia 21 de Junho de 2010, concurso para a atribuição de apoios financeiros pela Direcção-Geral da Saúde (DGS) a pessoas colectivas privadas sem fins lucrativos.

Consultar aviso

Ver formulário

Programa do concurso



O QUE SABEMOS SOBRE
A POBREZA
EM PORTUGAL?

BREVEMENTE DISPONÍVEL

Saiba mais »»

"Pretendemos que o Smile seja um instrumento efectivo de apoio ao desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos"

Com mais de 2300 horas de voluntariado já realizadas por 400 pessoas, o programa Smile proporciona aos colaboradores da Soanecom a possibilidade de apoiarem instituições de solidariedade social no desenvolvimento de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação, como explica Isabel Borgas, Directora de Comunicação Institucional da empresa.

Dra. Isabel Borgas, Directora de Comunicação Institucional da Sonaecom

Vida Económica - Impulso Positivo: Há quanto tempo e como trabalha a Sonaecom a temática do voluntariado empresarial?

Isabel Borgas: O programa de voluntariado da Sonaecom – Smile – surgiu em 2004 como resultado de um estudo interno desenvolvido com o objectivo de perceber a natureza das acções que maior relevância teriam para os nossos colaboradores. Em 2008, resultado da definição da estratégia de responsabilidade corporativa da Sonaecom, e de uma análise cuidada das oportunidades que se nos colocavam, feita em colaboração com mais de 20 instituições parceiras, reposicionámos o programa e decidimos convertê-lo num programa mais abrangente de intervenção na comunidade.

A participação no Smile é aberta a todos os colaboradores das empresas do universo Sonaecom, sendo extensível aos seus familiares e amigos. No sentido de incentivar à prática de acções de voluntariado, a Sonaecom faculta, a cada colaborador, as horas correspondentes a um dia de trabalho por ano para participação em acções de voluntariado no âmbito do programa Smile. Para além das horas disponibilizadas, por cada dia de férias que o colaborador utilize na realização de acções de voluntariado, a Sonaecom disponibiliza um dia adicional. O principal desafio do Smile está em dotar instituições de solidariedade social de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista a simplificação de processos e procedimentos que não só permitam uma visível poupança de recursos mas também um significativo aumento da eficiência destas instituições.

VE-IP: Pode referir alguns exemplos de iniciativas levadas a cabo?

IB: Como exemplo mais recente de acções desenvolvidas pela Sonaecom, referiria o protocolo celebrado pela Optimus com a Acreditar, a ser alargado muito em breve a outras instituições, que visa combater a infoexclusão de crianças que sofrem com doenças crónicas ou graves. Ao abrigo deste protocolo foram oferecidos computadores portáteis com placas de acesso à Internet e com comunicações gratuitas e ilimitadas, distribuídos às várias delegações da Acreditar.

VE-IP: Qual a visão da Sonaecom sobre o voluntariado empresarial?

IB: Na Sonaecom, as boas práticas de responsabilidade corporativa entroncam na estratégia de crescimento e de desenvolvimento da companhia, sendo fundamental a concretização de todos os princípios orientadores que norteiam a sua política nesta matéria. O voluntariado empresarial deve desempenhar um duplo papel; por um lado, ser uma ferramenta motivacional e de envolvimento dos colaboradores com os valores e princípios da empresa, e, por outro lado, ser um vector de desenvolvimento da sociedade e com uma preocupação de criação de valor para a comunidade. No caso da Sonaecom, acreditamos que temos um papel importante a desempenhar no combate à info-exclusão. ●

Um Caso de voluntariado universitário

Equipa de dinamizadores da Caso – Católica Solidária

A CASO - Católica Solidária é o núcleo de voluntariado da Universidade Católica do Porto, fundado em 2002. Os voluntários são alunos, antigos alunos, docentes e funcionários da Universidade. Em 2006/2007 contava com 48 voluntários, actualmente são 200. Tem como principais objectivos a promoção do voluntariado na comunidade académica, como fonte de desenvolvimento pessoal e de formação, com enfoque na oportunidade de desenvolvimento de competências, e na contribuição para a satisfação das necessidades das instituições parceiras da CASO, trabalhando com e para as pessoas da Instituição.

A CASO está estruturada por áreas, que chama de "bolhas", conforme o público-alvo a que se destina, e existem dois tipos de voluntariado conforme a regularidade da actividade – corrente (no mínimo 1h30m semanal) e gota-a-gota. Quem quiser estabelecer uma relação com crianças, inscreve-se na Bolha das Crianças e poderá realizar voluntariado em jardins-de-infância, ATL ou voluntariado tutorial em escolas públicas. Mais especificamente para apoio a crianças doentes, existe a Bolha das Crianças Saúde, realizado-se voluntariado em parceria com a Associação Acreditar, a Associação Hospital Maria Pia e a Associação Terra dos Sonhos. Há ainda a Bolha Mais Crescidos, para voluntariado com idosos, a Bolha das Vidas Especiais, para voluntariado dirigido a pessoas com deficiência, a "Bolha dos Sem-Abrigo" e a Bolha "Porto CidadeSolidária". Para quem não tem a disponibilidade de assumir o compromisso regular, poderá participar no voluntariado gota-a-gota, colaborando nas duas campanhas anuais de recolha de alimentos do Banco Alimentar contra a Fome ou ajudando em campanhas de recolha de bens regularmente feitas no átrio da Universidade. ●

A G E N D A

17 de Junho de 2010, Porto - Workshop Como Elaborar um Relatório de Sustentabilidade

Mais info

19 de Junho a 25 de Setembro, várias datas e locais – Teatros Forum DAR VOZ, Grupo de Teatro do Oprimido de Coimbra

Mais info

29th June 2010, Brussels - International Symposium: Poverty Reduction in Europe

Mais info

2 de Julho, Porto – Implementação de Boas Práticas de Responsabilidade Social em Organizações Sem Fins Lucrativos

Mais info

Bento XVI e as organizações de pastoral social

"não há futuro para uma comunidade quando um serviço institucionalizado não está ao serviço da comunidade ou quando esgota todas as energias da comunidade …"

Dirigindo-se às organizações da Pastoral Social no encontro de Fátima e insistindo na necessidade de uma nova e grandiosa dinâmica que conduza para a civilização do amor, o Santo Padre recomendou "que as instituições da Igreja, unidas a todas as organizações não eclesiais, melhorem as suas capacidades de conhecimento" e que "seja clara a sua orientação de modo a assumirem uma identidade bem patente: na inspiração dos seus objectivos, na escolha dos seus recursos humanos, nos métodos de actuação, na qualidade dos seus serviços, na gestão séria e eficaz dos meios. A firmeza da identidade das instituições é um serviço real, com grandes vantagens para os que dele beneficiam. Passo fundamental, além da identidade e unido a ela, é conceder à actividade caritativa cristã autonomia e independência da política e das ideologias, ainda que em cooperação com organismos do Estado para atingir fins comuns". E acrescentou: "As vossas actividades assistenciais, educativas ou caritativas sejam completadas com projectos de liberdade que promovam o ser humano, na busca da fraternidade universal. Aqui se situa o urgente empenhamento dos cristãos na defesa dos direitos humanos, preocupados com a totalidade da pessoa humana nas suas diversas dimensões".

Individual e comunitariamente, por imperativos de compaixão e de fé, como expressão cultural e evangelizadora, o serviço da caridade, o serviço mútuo e, particularmente, o serviço aos mais carenciados vem sendo claramente assumido na Igreja. No interno e para o mundo. É todo um conjunto de rostos unidos na prática da misericórdia voltada para as crianças e as pessoas com deficiência, para os desamparados, os desempregados, os doentes, os idosos, os migrantes, os pobres, os presos, os sós e os sujeitos a carências que lhes perturbam a dignidade de pessoas livres. São incontáveis as acções individuais e são muitas as acções comunitárias, eclesiais e vida numa Igreja que "vê com o coração". É um serviço a Cristo na humanidade, num contínuo processo de desenvolvimento integral.

A opinião de Lino Maia, presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade Social

Sempre serviço da Igreja cujo estilo é "um coração que vê onde há necessidade de amor e actua em consequência". Essa é uma das suas belas expressões, que tão bom sinal de si dá ao mundo.

Alguns desses serviços institucionalizam-se, sem deixarem de ser serviços da caridade ao lado de muitos outros e sem concorrerem com eles. Não se dispensam mutuamente e tanto uns como outros ajudam a ver a Igreja como "a estalagem", da parábola do Bom Samaritano, onde "o óleo da consolação e o vinho da esperança" "é derramado sobre as feridas dos homens", como belamente a apresentou Bento XVI no referido encontro.

Os serviços que se institucionalizam podem ter a forma de associações de inspiração cristã, centros de bem-estar social, centros sociais paroquiais, cruzadas de bem-fazer, fundações canonicamente erectas, irmandades e misericórdias. Coexistem com Comissões de Justiça e Paz, Conferências Vicentinas, Grupos Cáritas, de Caridade ou Sócio-caritativos e muitos outros. Se nem em todas as comunidades se justificam serviços institucionalizados (e nem sempre se justificam), não há verdadeiras comunidades sem serviços de caridade e sem que permanentemente elas próprias sejam mobilizadas para a vivência e para o anúncio da Caridade.

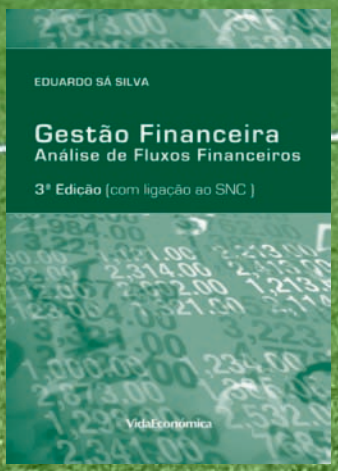
A institucionalização de serviços da caridade pode ser determinada pelas características de alguns serviços ou pela cooperação com o Estado. Essa é uma opção que implica obrigações e limites, muitas vezes incompatíveis com um serviço de todos, a todos e para todos. Nessa escolha, preferencialmente, o espaço é de leigos formados e provavelmente instituídos no ministério da Caridade. Atempadamente, importa garantir sustentabilidade e estabilidade e que o serviço seja avocado como da comunidade e para a comunidade: não há futuro para uma comunidade quando um serviço institucionalizado não está ao serviço da comunidade ou quando esgota todas as energias da comunidade …

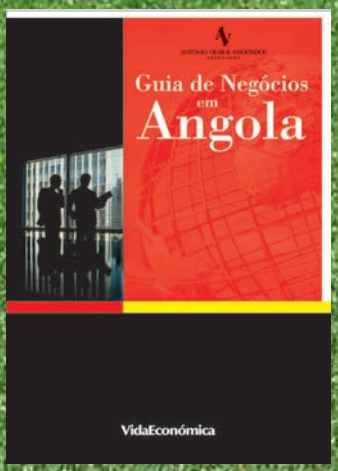
Bem preparado e bem participado, o encontro com as organizações da Pastoral Social, para ser bem sucedido, deve ser bem escutado e bem continuado o discurso de Bento XVI. ●

IMPULSO POSITIVO
www.impulsopositivo.com

FICHA TÉCNICA
Coordenadora: Raquel Campos Franco
Colaboradores: Tiago Cabral e Marc Barros
Paginação: Tiago Dias
Newsletter mensal do projecto Impulso Positivo – Vida Económica
Propriedade de Imoedições. Lda (Grupo Editorial Vida Económica)

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL





Nos negócios, como na alta competição, é necessário estar bem preparado.

Compre já em http://livraria.vidaeconomica.pt

VidaEconómica

Um bom grupo
Uma boa selecção

Vida Económica - R. Gonçalo Cristóvão, 111, 6º esq. • 4049-037 PORTO | Tel. 223 399 400 | Fax 222 058 098 | E-mail: encomendas@vidaeconomica.pt